

José Carlos Chiaramonte

Carlos Marichal

Aimer Granados

organizadores

CRIAR A NAÇÃO

HISTÓRIA DOS NOMES DOS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA



de José Carlos Chiaramonte na Hucitec
Cidades, Províncias, Estados: origens da Nação Argentina

JOSÉ CARLOS CHIARAMONTE
CARLOS MARICHAL
AIMER GRANADOS
organizadores

CRIAR A NAÇÃO

História dos nomes dos países da América Latina

Tradução de
João Ribeiro

revista por
João Paulo Pimenta
da Universidade de São Paulo

HUCITEC EDITORA
São Paulo, 2017

© Direitos da organização de
José Carlos Chiaramonte,
Carlos Marichal &
Aimer Granados.
Direitos de publicação reservados por
Hucitec Editora Ltda.,
Rua Águas Virtuosas, 323
02532-000 São Paulo, SP.
Telefone (55 11 2373-6411)
www.huciteceditora.com.br
lerereler@huciteceditora.com.br

Depósito Legal efetuado.

Coordenação editorial
MARIANA NADA
Assessoria editorial
MARIANGELA GIANNELLA

Circulação
comercial@huciteceditora.com.br / jmlivros@gmail.com
Tel.: (11)3892-7772 – Fax: (11)3892-7776

Traduzido da edição de 2008,
da Editorial Sudamericana de Buenos Aires, Argentina.

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

C946

Criar a nação : história dos nomes dos países da América Latina / organização José Carlos Chiaramonte, Carlos Marichal, Aimer Granados; tradução João Ribeiro. – 1. ed. – São Paulo: Hucitec, 2017.

339 p.; 21 cm. (Estudos históricos; 97)

Tradução de: Crear la nación, los nombres de los países de América Latina.

Inclui índice
ISBN 978-85-8404-078-0

1. Relações internacionais. 2. América Latina – História. I. Chiaramonte, José Carlos. II. Marichal, Carlos. III. Granados, Aimer. IV. Ribeiro, João. V. Série.

16-31502

CDD: 662.6
CDU: 662.7

SUMÁRIO

<i>Prefácio</i> , JOÃO PAULO PIMENTA	9
Introdução	
Origens históricas das identidades políticas e nacionais	11
Capítulo 1	
Brasil, Brazil: sonhos e frustrações	19
<i>José Murilo de Carvalho</i>	
Capítulo 2	
Chile: de <i>fines terræ</i> imperial a “cópia feliz do éden” autoritário	41
<i>Rafael Sagredo Baeza</i>	
Capítulo 3	
Do Rio da Prata à Argentina	66
<i>José Carlos Chiaramonte</i>	
Capítulo 4	
Uruguaios e orientais: itinerário de uma síntese complexa	91
<i>Ana Frega</i>	
Capítulo 5	
De província a república: controvérsias sobre o nome do Paraguai	107
<i>Pablo Buchbinder</i>	

Capítulo 6	
De Charcas/Alto Peru à República de Bolívar/Bolívia: trajetórias da identidade boliviana	121
<i>Esther Aillón Soria</i>	
Capítulo 7	
O nome do Peru: identidade e mudança nos primeiros anos da República	144
<i>Jesús A. Cosamalón Aguilar</i>	
Capítulo 8	
Equador, latitude zero: um olhar ao processo de construção da nação	161
<i>Ana Buriano</i>	
Capítulo 9	
Inventar uma tradição: Colômbia. A difícil arquitetura da nação durante a pós-independência	179
<i>Aimer Granados</i>	
Capítulo 10	
De “pequena Veneza” a República Bolivariana da Venezuela. História, ideologia e poder, ou o nome sob suspeita	197
<i>Dora Dávila Mendoza</i>	
Capítulo 11	
O nome de Centroamérica e a invenção da identidade regional	220
<i>Margarita Silva Hernández</i>	
Capítulo 12	
A procura do México e dos mexicanos no século XVIII	235
<i>Dorothy Tanck de Estrada</i>	
Capítulo 13	
México: um velho nome para uma nova nação	245
<i>Alfredo Ávila</i>	

Capítulo 14	
A respeito do nome de uma nação: Haiti	258
<i>Guy Pierre</i>	
Capítulo 15	
A importância de chamar-se República Dominicana	275
<i>Pedro L. San Miguel</i>	
Capítulo 16	
Motivos de Anteu. Terra e sangue no patriotismo cubano	291
<i>Rafael Rojas</i>	
Capítulo 17	
Artifícios nominais da Nação sem Estado (ou o caso de Puerto Rico)	314
<i>Laura Náter</i>	
<i>Mabel Rodríguez Centeno</i>	
OS AUTORES	333

PREFÁCIO

O SÉCULO XXI apresenta uma enormidade de pretextos para a inquietação daqueles atentos observadores que, em busca de respostas a perguntas renovadas cotidianamente por um mundo aparentemente caótico, entendem que o estudo do passado longe está de simples manancial de interesses exóticos e particulares. Pelo menos três desses pretextos tornam Criar a nação um livro especial. Em primeiro lugar, a persistência da constatação de uma tendencial perda — ou ao menos revisão — da operacionalidade dos tradicionais marcos políticos estatais em um sistema mundial assentado em fluxos de capital, trânsitos materiais, fronteiras culturais e sociabilidades cada vez mais fluidos, dinâmicos e acelerados, simultaneamente cada vez menos limitados a marcos nacionais. Em segundo lugar, e de modo algo paradoxal, a emergência, por vezes violenta, de reforçados sentimentos nacionais e/ou nacionalistas em escala coletiva a torná-los manifestações políticas, se não inteiramente novas, seguramente tonificadas por atributos de tempos recentes. E em terceiro lugar, um verdadeiro senso comum, forte, global e de grande abrangência social, contido na ideia reificadora de países, nações e povos a supostamente formar, cada um, espécies de personalidades dotadas de características imanentes, estáveis e discerníveis logo às primeiras observações.

Ocorre, porém, que Estados nacionais e nações, construções históricas extremamente complexas que são, continuam em vigência como espaços definidores de muitos quadrantes da vida social, não sendo, hoje ou no passado, entidades monolíticas passíveis de fácil adjetivação. Resultados de processos históricos longos, muitas vezes ainda ativos, e que resultaram em nomes. Nomes que são palavras, sozinhas ou compostas, a oferecerem uma primeira face visível de tais entidades, de sua criação e de sua subsequente

existência. Na história desses nomes, se entreveem histórias do passado a iluminar o presente, do passado a desmistificar o presente.

Por tais motivos, Criar a nação, em seus dezessete estudos específicos — cada um sobre um nome de um país da América Latina, nela convenientemente incluídos Brasil e Haiti — reunidos por José Carlos Chiaramonte, Carlos Marichal e Aimer Granados, é muito mais do que uma somatória de notáveis competências de historiadores profissionais. É uma obra que, tanto na autonomia de seus capítulos quanto na forte unidade que os aproxima, retoma clássica e pertinente temática — a das nações, Estados e identidades nacionais — inovada por um sentido de inserção do estudo do passado na contemporaneidade cujo poder e pertinência aqui são sobejamente demonstrados. Trata-se de uma história que, ao mesmo tempo em que não se limita à academia, contribui admiravelmente para a dilatação desta como locus de conhecimento, pensamento crítico, logo, de elevada atuação social. O leitor de língua portuguesa, ao qual esta obra agora se apresenta, seguramente saberá dela desfrutar.

— JOÃO PAULO PIMENTA
Universidade de São Paulo

Introdução

ORIGENS HISTÓRICAS DAS IDENTIDADES POLÍTICAS E NACIONAIS

O DEBATE sobre a formação dos Estados latino-americanos foi transformado nos últimos tempos pela incorporação de hipóteses e ferramentas metodológicas que permitiram uma releitura das fontes com considerável riqueza de perspectivas analíticas. Estes enfoques permitiram interpretar tanto a crise generalizada que sofreram os impérios espanhol e português em princípios do século XIX, como a emergência de novos Estados a partir das guerras de independência. Nesse sentido, um dos problemas fundamentais sobre o qual se abriu uma importante discussão é o contraponto entre a cultura política colonial e as inovações políticas surgidas no contexto ibero-americano. Este contraste abarca um leque de temas que despertaram o interesse dos investigadores, entre os quais as rupturas e continuidades que implicaram as revoluções de independência hispânicas, a difusão das inovações através da imprensa, a leitura de novas obras e periódicos, as sociedades patrióticas, a formação de uma cultura e uma cidadania política, a difusão dos processos eleitorais e a construção de identidades nacionais.

Propor uma história dos *nomes dos países* que atualmente formam o continente latino-americano parece-nos que completa notavelmente o entendimento do processo de construção dos novos Estados, especialmente em âmbitos tão importantes como os da adoção de um determinado regime político, da delimitação de fronteiras, da construção de identidades nacionais e da criação do mito da nação. Cabe assinalar que esses temas têm sido já analisados de diversas perspectivas metodológicas, mas a novidade do estudo coletivo que aqui se apresenta radica em que são investigados do prisma da história dos nomes dos países.

Por outro lado, é importante lembrar que se aproxima a data de comemoração do bicentenário das revoluções hispano-americanas.* Em toda a América e também na Europa, estão sendo concebidas numerosas iniciativas acadêmicas, como a que deu origem a este livro. Um livro que explora a história da adoção dos nomes destas nações e das identidades nacionais de uma maneira que pretende oferecer mais perguntas que respostas, precisamente com o objetivo de estimular posteriores debates e investigações.

O estudo das origens coloniais ou republicanas dos nomes das nações latino-americanas foi matéria de alguns trabalhos isolados, mas raras vezes se analisaram coletivamente, permitindo estabelecer comparações e também contrastes. Essas denominações, depois da independência, se adotaram em função de dois processos ou fenômenos complementares: a lenta construção política e administrativa dos novos Estados, e os complexos processos de formação de identidades nacionais nos diversos países da região. Como se sabe, em muitos casos a adoção de um ou outro nome para um determinado país foi mudando de acordo com as circunstâncias do lento processo de consolidação estatal-nacional. No processo de *nomear as novas nações*, em muitos casos apareceram diferentes alternativas que obedeceram a distintas circunstâncias, entre as quais cabe mencionar, especialmente, a natureza do regime político adotado.

A eleição de um nome para cada um dos Estados nacionais separados das Coroas espanhola e portuguesa dependeu da forma de governo que cada um deles adotou, da delimitação de suas fronteiras e das formas de identidade política adquiridas. Quanto à forma de governo, lembremos que nos diversos casos nacionais estudados, as disputas entre federalistas e centralistas ou entre monarquistas e republicanos não resolveram da mesma forma a arquitetura dos Estados, mesmo quando predominou uma tendência política centralizadora. Quanto à delimitação de fronteiras, ainda que muitas das divisões administrativas coloniais — vice-reinos, capitânias gerais ou audiências — tenham servido de base para a posterior conformação territorial das repúblicas, em alguns casos isso não aconteceu. Um exemplo dessa situação é a história

* Os autores referem-se às comemorações que ocorreram em diversos países entre 2009 e 2010, e que no momento em que escreviam (2008) já podiam ser devidamente vislumbradas (NR).

das Províncias Unidas do Rio da Prata, cuja conformação reproduzia apenas parcialmente a do Vice-Reino, e das quais prontamente se segregaram as repúblicas independentes da Argentina, Paraguai e Uruguai; ou o caso do surgimento em 1823 da breve República Federal de Centro América, que logo deu lugar à formação dos Estados nacionais da Costa Rica, Nicarágua, Honduras, El Salvador e Guatemala.

Vinculado à forma de governo adotada e à delimitação territorial, destaca-se o problema das formas de identidade política que foram forçando os povoadores de cada um dos novos Estados. De fato, o presente livro tem origem na reflexão de José Carlos Chiaramonte sobre o tema, que deu motivo a vários cursos sobre a temática ministrados por Carlos Marichal no Colégio do México, dos quais participaram muitos dos colaboradores deste livro. Por sua vez, e posteriormente, a decisão de Aimer Granados de incentivar um colóquio geral foi decisiva para conseguir plasmar o conjunto de reflexões de maneira coletiva. O resultado desse esforço múltiplo, como o leitor terá oportunidade de observar, é um livro que oferece um panorama, o mais compreensivo que foi possível, da gênese e da trajetória dos nomes de boa parte das nações da América Latina que obtiveram sua independência no século XIX, e no qual cada autor adotou seu próprio caminho e método de aproximação às perguntas comuns que lhe foram propostas.

Em alguns casos, a atenção centra-se nas origens coloniais dos diversos nomes herdados ou inventados para designar os territórios e regimes coloniais. No seu ensaio sobre o Brasil, por exemplo, José Murilo de Carvalho se interroga acerca da relação entre mito e país, utopia e realidade, progresso e devastação, esperança e frustração. Vai além disso, e enfatiza a persistência desses contrapontos fundamentais desde inícios do século XVI até nossos dias. Uma ótica diferente é a que adota Rafael Sagredo em sua interpretação das origens da nacionalidade chilena, ao argumentar que a singular e difícil geografia de seu país contribuiu desde datas muito iniciais a forjar uma sociedade consciente de sua marginalidade e caracterizada pela “dureza de uma existência cotidiana marcada pela constante guerra contra os araucanos e as periódicas catástrofes naturais que o sacudiam, para não falar da pobreza endêmica que o transformou na colônia mais pobre do império espanhol”.

De acordo com os estudos de Chiaramonte, as origens da Argentina vinculam-se à emergência das cidades como soberanias independentes,

logo convertidas em capitais de estados provinciais também com pretensões soberanas, no tempo em que se produziram repetidos e infrutíferos esforços para lograr a organização de um Estado nacional. Não cabe dúvida de que na sua origem, “províncias unidas” refletia a qualidade confederativa da forma de união entre povos soberanos. Essa questão daria motivo a debates políticos, ao longo de decênios, sobre a legitimidade das denominações Províncias Unidas do Rio da Prata e Confederação Argentina, antes de se concluir pela aceitação do uso de República Argentina embora, constitucionalmente, ainda sejam legítimas as três denominações.

O estudo das origens da denominação da República Oriental do Uruguai não é menos complexo, como revela o ensaio de Ana Frega, que começa por reexaminar a complexa geometria de alianças e oposições que marcou o processo de edificação do Estado nos decênios que se seguiram à independência, com ênfase nas distintas denominações iniciais dos cidadãos do Estado/República Oriental do Uruguai, e na opção por “orientais” ou “uruguaios” que enfrentaram políticos e historiadores. Igualmente interessante foi a experiência da colonial Província do Paraguai, expressão que começou a ser substituída desde o decênio de 1840, de maneira sistemática, pela de República do Paraguai, moldada esta pelas relações com os países vizinhos, como assinala Pablo Buchbinder.

Distinto é o enfoque adotado por Esther Aillón ao estudar as raízes históricas do nome da Bolívia e do gentílico boliviano. Aillón explica-nos a complexidade das identidades coloniais na Audiência de Charcas, antes e depois de sua incorporação ao Vice-Reino do Rio da Prata, em um processo profundamente contraditório e conflitivo, no qual as diferentes etnias da Bolívia sempre tiveram papel fundamental, se bem que frequentemente soterradas ou reprimidas. Um debate que na atual Bolívia está claramente na ordem do dia. De modo distinto, no caso do Peru, observa Jesús Cosamalón, o indígena não se integrou como símbolo à luta anticolonial nem às novas tradições políticas, ao menos durante a luta de independência, ainda que, uma vez conseguida esta, o passado pré-hispânico tenha aparecido para a elite crioula como fonte de legitimidade do novo regime político. Em um duplo contexto de emaranhado étnico-social e de disputas políticas das elites sobre os rumos da independência, Cosamalón insiste em que o nome Peru não

foi motivo de maiores conflitos pelo seu caráter neutro, mas que, em troca, facilitou certa continuidade entre os tempos coloniais do Vice-Reino e a República.

Ao estudar o nome Equador, Ana Buriano analisa o imaginário de um setor ilustrado construído em torno da existência de um “mítico reino de Quito”, tradição que, nos tempos da independência, enfrentou outra, também ilustrada e científica, relacionada com o nome de Equador. Nesse contexto, a autora estuda as mudanças de sentido do nome Equador, que teve de abrir caminho entre as disputas regionais herdadas do antigo Reino de Quito, e entre os fortes autonomismos da república da Grande Colômbia.

Um dos pontos centrais na perspectiva de Aimer Granados ao estudar o nome Colômbia é “a definição de um imaginário político-estatal e territorial que durante um século transitou do local ao nacional”. Ainda que em boa parte desse processo a denominação colonial, Nova Granada, tenha estado fortemente presente no imaginário político da elite crioula, Granados põe ênfase na constituição de um espaço cultural associado com o afã da nova classe política por entronizar na população um nome, Colômbia, que desde fins do século XVIII já tinha sido utilizado para designar o continente americano.

República da Venezuela ou República Bolivariana da Venezuela, nomes que têm ido e vindo na mais recente conjuntura política do país, dão a pauta a Dora Dávila para adentrar-se na análise do nome Venezuela. Uma de suas proposições centrais é que, por detrás do ato de nomear a nação, encontra-se uma luta ideológica e pelo próprio poder. Para Dávila, “a toponímia espanhola colonizou os espaços no chamado processo de conquista e, em sua primeira aparição cartográfica, Venezuela surge como um espaço já potencialmente reconhecido como colonizado”. Ao se nomear, então, há um ato de poder e de conquista, de maneira que “o nascimento de uma nacionalidade” estava contido nestas primeiras cartografias, assim como na “demarcação de seu território como parte de uma identidade”.

Diferentemente dos demais ensaios que compõem este livro, o estudo de Margarita Silva centra-se na análise de uma denominação supranacional, o nome Centro-América. Aqui a perspectiva alude à formação de uma região integrada por vários Estados nacionais. O interesse de Silva é o de localizar três momentos históricos: conquista,

século XIX e século XX, através dos quais a região foi ganhando autonomia e, por vezes, unidade. Desde a conquista espanhola, o que hoje conhecemos como América Central adquiriu certa identidade como território em função de sua posição ístmica, de região que horizontalmente permitiria eventualmente a conexão interoceânica, e, verticalmente ligaria a América setentrional à meridional. Desde 1570 a região integrou-se à administração colonial como a Audiência da Guatemala, mas o nome de Centro-América só aparece em 1823-1824 para batizar um território dilatado. Com o nome de República Federal de Centro-América associaram-se os atuais estados da Guatemala, Honduras, Nicarágua, El Salvador e Costa Rica, mas a Federação Centro-Americana entrou em colapso em 1838, dando lugar à criação dos Estados nacionais. Não obstante, o projeto “unionista” permaneceria na consciência de intelectuais e líderes da região, reaparecendo em momentos distintos do século XIX e, sobretudo, no século XX, em que pesem as dificuldades em se promover um processo de integração da região.

No caso do México, sabe-se que o nome se referia, durante a época colonial, à cidade capital do Vice-Reinado da Nova Espanha, ao passo que o gentílico mexicano utilizava-se preferencialmente para designar a povoação de origem indígena, em particular os que falavam náuatle. Contudo, como nos assinala Dorothy Tanck, pela metade do século XVIII um número importante de letrados ilustrados começou a publicar obras nas quais tentavam estender sua aplicação também à população crioula. Que isso fosse a origem de uma consciência nacional é questionado por Alfredo Ávila, que destaca que pode tornar-se um grave erro de perspectiva pensar o Vice-Reino como um Estado-nação. Assinala Ávila: “A Nova Espanha não era uma entidade territorial com fronteiras precisas”, mas sim um “conjunto de regiões sob as diferentes jurisdições do vice-rei do México”. Durante as guerras de independência (1810-1820) utilizaram-se também diferentes nomes para identificar o movimento dos insurgentes, “geralmente denominados americanos”; por isso, não se pode afirmar que se produzisse rapidamente a adoção do gentílico mexicano nem do nome de México como título do novo Estado. Isto aconteceu mais recentemente, nas décadas seguintes do século XIX.

No caso das ilhas da região do Caribe que se converteriam em Estados independentes, neste volume incluem-se ensaios sobre Haiti,

República Dominicana e Cuba, com um último estudo sobre o caso muito particular de Porto Rico. De fato, como é bem sabido, o Haiti foi o primeiro país latino-americano a conseguir sua independência, cuja estreita relação com o fenômeno conjunto da luta contra o domínio colonial francês e contra o regime escravagista é exposta por Guy Pierre. O autor argumenta que, ao adotar o novo nome de sua nação, “os homens de 1804 enriqueceram a noção de liberdade que a Revolução Francesa de 1789 elaborou, o que oferece um marco de referência histórica mais amplo que o habitual para a análise do conceito teórico de «soberania nacional» nos países periféricos”.

A história da parte oriental da mesma ilha, conhecida desde a época colonial, primeiro como Hispaniola, e logo depois como São Domingos, esteve forçosamente sujeita a uma série de tensões duradouras. As mais importantes estavam determinadas — expõe o ensaio de Pedro San Miguel — por esforços tenazes para delimitar o espaço nacional e elaborar uma identidade que servisse como barreira às ameaças externas. A ocupação haitiana de São Domingos entre 1822 e 1844 deixaria uma pesada marca até a proclamação da independência nesse último ano.

A complexidade histórica das tentativas de analisar as identidades dos habitantes de outras ilhas espanholas no Caribe torna-se palpável no ensaio de Rafael Rojas sobre Cuba, que efetua uma análise original e sugestiva do conceito de *pátria* antes da existência do Estado nacional cubano. No ensaio, exploram-se as origens dos conceitos de *nação* e *nacionalidade* na ilha, a partir de uma ampla busca pelos escritores clássicos e pela historiografia cubana da época colonial e os primeiros decênios do século XX.

Tão complexo e contraditório quanto o caso cubano é a análise do nome de uma nação que não chegou a alcançar a independência: Porto Rico. Para Laura Nater e Mabel Rodríguez, não existem dúvidas de uma identidade porto-riquenha, historicamente persistente. Todavia, seu sentido variou substancialmente, ao menos em termos políticos, ao longo do tempo. Como no caso de Cuba, a primeira articulação sistemática de uma identidade política porto-riquenha produziu-se na segunda metade do século XIX, impulsionada pelas elites crioulas que adotaram posturas políticas autonomistas. Mas o autonomismo implicava o paradoxo de uma “reafirmação de uma identidade porto-riquenha

[. . .] acompanhada de uma história de lealdade à Espanha". Isso mudaria a partir de 1898 e desde o estabelecimento do Estado Livre Associado, em 1948, quando a identidade social e cultural se reforçará, segundo as autoras, em que pesem intensas "divergências político-ideológicas sobre o destino final da soberania insular".

Não podemos encerrar esta introdução sem ressaltar o fato de que os livros coletivos como o presente são, efetivamente, obra de muitos. Em primeiro lugar, os editores desejam agradecer a todos os autores dos ensaios incluídos neste volume por sua entusiasta colaboração, que se reflete na multiplicidade de sugestivas e sintéticas interpretações de uma problemática difícil de abordar por diversos motivos, entre os quais a urgente necessidade de revisar historiografias que, muito frequentemente, se forjaram ao som dos tambores nacionalistas em vez de se construírem à luz de um espírito crítico e plural. Suas colaborações, sem dúvida, abrem novas janelas para repensar a já longa trajetória dos diferentes países da região latino-americana.

Não podemos tampouco deixar de agradecer muito especialmente a três instituições mexicanas que colaboraram generosamente na organização e financiamento do colóquio que deu origem ao presente volume. Referimo-nos à Universidade Autônoma Metropolitana — Unidade Xochimilco, ao Colégio do México e à Secretaria de Relações Exteriores. Nesse sentido foram valiosos os apoios de Guillermo Palacios, diretor do Centro de Estudos Históricos do Colégio do México; de Mercedes de Veja, diretora do Acervo Histórico da Secretaria de Relações Exteriores; de Arturo Anguiano, diretor da Divisão de Ciências Sociais e Humanidades, e de Andrés Morales, chefe do Departamento de Política e Cultura, ambas instâncias da Universidade Autônoma Metropolitana, Unidade Xochimilco, e de José Lema, reitor geral desta instituição. Por outro lado, durante o colóquio contamos com uma contribuição essencial que foram os comentários de destacados especialistas que colaboraram para repensar e melhorar as produções de cada autor. Por isso, estendemos um agradecimento caloroso aos professores Horacio Crespo, Francisco Zapata, Enrique Ayala Mora, Marco Palacios, Héctor Pérez Brignoli, Laura Muñoz, Johanna Von Graffenstein e Tomás Pérez Vejo.

Queremos também agradecer a amabilidade, o interesse e a prontidão da Editorial Sudamericana em aceitar o encargo de publicar os presentes trabalhos em forma de livro.